

Mundo rural e agricultura no Brasil

Maria Helena Rocha Antuniassi

Como citar: ANTUNIASSI, M. H. R. Mundo rural e agricultura no Brasil. *In:* KOSMINSKY, E. V. (org.). **Agruras e prazeres de uma de uma pesquisadora:** ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 125-136. DOI: <https://doi.org/10.36311/1999.978-85-86738-08-5.p125-136>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MUNDO RURAL E AGRICULTURA NO BRASIL

Maria Helena Rocha Antuniassi¹

Maria Isaura Pereira de Queiroz estudou o mundo rural e a agricultura no Brasil desde 1950 até o início da década de 1980, quando passou a se dedicar à pesquisa sobre o Carnaval, fenômeno urbano por excelência. Acreditamos que o seu primeiro estudo publicado sobre o meio rural seja “A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba”,² resultado de uma pesquisa bibliográfica em que os relatos de viajantes e os romances como os de José de Alencar se tornam importantes fontes de dados. São 30 anos de pesquisa nos quais a criatividade na escolha dos objetos de análise vai nos proporcionar um conhecimento sobre o meio rural que abrange múltiplos aspectos, econômicos, políticos, culturais.

É na obra de Maria Isaura que vamos encontrar o estudo mais abrangente, mais sistematizado e simultaneamente mais conciso sobre a evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira.³ Partindo da crítica da noção de que havia, generalizadamente, por todo o país um só tipo de organização e relações de trabalho, que teriam permanecido idênticas até o advento do processo de industrialização, mostra, já a partir da época colonial, as várias formas que

¹ Professora de Sociologia da UNESP – Câmpus de Botucatu. Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – NAP/CERU/USP.

² PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850 e 1888. *Revista de História*. (São Paulo), v. 1, n. 2, p. 195-218, abr./jun. 1950.

³ Idem. Evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira. *Ciência e Cultura* (São Paulo), v. 28, n. 11, p. 1264-1276, nov. 1976. Idem. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (São Paulo), v. 19, p. 55-78, 1977. Idem. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: EDUSP, 1978.

coexistiram: monocultura de exportação, zonas de criação e pequena produção de abastecimento interno, onde distingue os pequenos proprietários independentes, arrendatários e parceiros formando grupos de vizinhança, população a qual dedicou a maior parte de seus estudos rurais. Formas que se transformariam de modo diverso, conforme os momentos históricos e regiões em que prevaleceram, sendo notável, por exemplo, as análises das pecuárias dos Pampas e do Sertão, dos sítiantes em São Paulo e agregados no Nordeste.

No início da década de 1960, os estudos sobre a estrutura agrária no Brasil são realizados sob o impacto da instabilidade política nos países latino-americanos, quando surge a *Aliança para o Progresso* proposta como instrumento de contenção, através de reformas, da idéia revolucionária espalhada a partir de Cuba. A partir do pressuposto de que os sistemas de posse e uso da terra nos países em questão se constituíam num empecilho ao desenvolvimento econômico e social e, portanto, se colocavam como causa de movimentos políticos e sociais extremamente ameaçadores à estabilidade, a Reforma Agrária passa a se constituir num dos principais itens da *Aliança para o Progresso*. Fato que leva a sua vinculação à discussão dos planos de desenvolvimento econômico e social nos países latino-americanos.

No Brasil, o início da década de 1960 torna-se a época por excelência da discussão da Reforma Agrária. No apagar das luzes da etapa de substituição de importações, a sociedade brasileira passava por grave crise política e econômica, no âmbito da qual se colocavam os debates sobre as *reformas de base*. Nessa conjuntura, os estudos sobre o campesinato passam a apresentar fundamentalmente dois tipos de abordagens: aquelas de caráter mais ensaístico, tendendo à teorização em torno da natureza, da pequena produção familiar e aquelas que, partindo de pesquisas empíricas, procuravam descrever as condições do trabalho camponês, em uma sociedade que se tecnificava e se urbanizava rapidamente.

Nas abordagens mais ensaísticas a pequena produção familiar é focalizada no contexto da discussão do complexo latifúndio/minifúndio, em que o relacionamento latifundiário/camponês pressupõe relações extra-econômicas consideradas empecilho à penetração do capitalismo no campo. Alguns estudos

deixavam mesmo entrever uma concepção evolucionista do processo histórico, ao visualizar no Brasil, a sucessão das etapas feudalismo e capitalismo tal qual nos países europeus. Essa polêmica, que mobilizou muitos estudiosos na época, não está presente nos trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ela não trabalha com a noção de transição no sentido de que as relações de trabalho, que têm por base a família, teriam caráter transitório sendo substituídas no decorrer da história com a dominação ampla e definitiva do capital. Ao analisar a dinâmica das relações de trabalho, considerando as características regionais, de mercado e destino dos produtos (exportação, matéria-prima, abastecimento interno), seus estudos mostram que é a dinâmica do capital que direciona as transformações e não a dinâmica de transição de um modo de produção para outro. Nos estudos empíricos prepondera a preocupação com a capacidade de adoção de novas técnicas pelos pequenos produtores tradicionais e suas condições de vida ante a ampliação do mercado.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, tanto numa abordagem quanto na outra, entrevia-se uma ingênua crença: na primeira, que tradição e modernismo formam contrários irreduzíveis e heterogêneos e, na segunda, a existência de uma preponderância da parte sobre o todo, isto é, o avanço tecnológico responderia de forma direta por um abrangente desenvolvimento socioeconômico na agricultura. Tendo por base ampla pesquisa histórica, critica as interpretações dualistas sobre a estrutura agrária no Brasil, mostrando que elementos tradicionais e modernos não se opunham necessariamente, não existindo “incompatibilidade entre tradição e modernismo quando se trata de associar técnicas modernas com uma organização antiga de trabalho rural”⁴, seus estudos mostram uma associação constante de formas antigas e novas que se inter-influenciam. O mercado não é visto como fator de desestruturação do modo de vida dos pequenos produtores, mas, ao contrário, como condição de sua viabilidade.

⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: EDUSP, 1978. p. 22.

Estudos sobre sitiantes e bairros rurais

No que diz respeito aos sitiantes, que ela considera o campesinato brasileiro, sua obra merece um destaque especial, entre outras razões pela atualidade de suas colocações, o que não acontece com grande parte dos ensaios, e sobretudo pelo enfoque privilegiando o conhecimento da cultura rústica, dimensão ignorada pela maioria dos estudos sociológicos. Ao se deter na análise de fenômenos como a percepção do espaço, a produção simbólica, as relações de poder, constrói um conjunto de estudos sobre a vida rural que se constitui, sem sombra de dúvidas, uma das obras mais inovadoras e estimulantes na área das Ciências Sociais no Brasil.

Em meados da década de 1970, na Sociologia Rural, muitos estudiosos se dedicaram a pesquisar as características e a natureza do trabalho do pequeno produtor rural no Brasil, preocupados com o estatuto de classe e posicionamento político do campesinato. Quem é esse pequeno produtor que trabalha com a mão-de-obra familiar – camponês, proletário, pequeno empresário? Os estudos pioneiros de Maria Isaura Pereira de Queiroz se constituíram importante contribuição. Ao reunir uma série de estudos sobre os bairros rurais numa análise comparativa, mostra dois tipos de bairros e, conseqüentemente, dois tipos de pequenos produtores familiares: bairros formados por sitiantes tradicionais vivendo numa economia de subsistência complementada pela venda do excedente da produção; e outros bairros formados por pequenos produtores que a autora já não denomina de *sitiantes tradicionais* mas de *agricultores*, na medida em que a sua organização do trabalho é diversa dos primeiros. Para os *agricultores*, diz a autora, a roça de subsistência ainda pode ser um elemento constante, porém é subsidiário, na medida em que seu trabalho está fundamentalmente voltado para a produção de mercado. Na organização da produção nota-se um grau mais elevado de modernização e freqüência na contratação de mão-de-obra assalariada temporária.

A partir da análise das obras de Marc Bloch, Henry Mendras e Robert Redfield e uma ampla bibliografia de autores brasileiros, formula e responde à questão *Que é um camponês?*

A família constitui sempre a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos, regra geral, satisfazem as necessidades

essenciais da vida; as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho ... De acordo com as definições de Redfield, retomadas na França por Henry Mendras, o sitiante tradicional brasileiro se classificaria como um camponês.⁵

Realizados numa perspectiva simultaneamente sincrônica e diacrônica, seus estudos sobre os sítiantes retratam o mundo rural, principalmente em São Paulo, num momento chave de sua história, isto é, sofrendo o impacto dos processos de industrialização, urbanização e modernização da agricultura. Em algumas regiões, como no Sertão de Itapeçerica, tais processos, aliados ao esgotamento dos solos, acarretam um processo de diferenciação social do campesinato, com a pauperização de grande parte dos sítiantes e desorganização da cultura rústica ante as transformações da cidade de São Paulo, com as quais mantinham estreitas ligações. Entretanto, mostra que esse não é necessariamente o destino dos camponeses/sítiantes. Os estudos realizados em outra região – Paraíba, Vale do Paraíba – vão evidenciar a possibilidade de mudança no eixo econômico do município ou da região com a mecanização do processo de trabalho do pequeno produtor, sem que seja abandonada a cultura caipira.

Para bem situar a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre os bairros rurais e os sítiantes, é importante lembrar que no âmbito da Sociologia Rural, o conhecimento acadêmico sobre a sociedade brasileira, nas décadas de 1940 e 1950, esteve estreitamente ligado aos estudos tipo *surveys* e aos *estudos de comunidade*, monografias sobre a vida econômica, política e religiosa de localidades situadas em diversas regiões do Brasil. Apesar da variada gama de problemas enfocados, estes não eram analisados considerando a sociedade como um todo. Faltava-lhes a visão da totalidade. Prendiam-se à descrição e à preocupação em detectar na comunidade estudada fatores genéricos de mudança, tendo como paradigma a civilização urbana industrial, numa clara influência dos estudos sociológicos norte-americanos. Entretanto, abordavam inúmeros aspectos da estrutura e organização social da localidade estudada e, portanto,

⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973. p. 18, 14.

proporcionaram valiosas informações sobre a vida rural no Brasil, conhecimento que ganhará amplitude e profundidade com os estudos sobre os bairros rurais.

Na década de 1960 surge o estudo *Os parceiros do Rio Bonito* de Antonio Candido⁶ que, do ponto de vista sociológico, ultrapassa o enfoque dos estudos de comunidade, ao privilegiar a análise da obtenção dos meios de vida como fator dinâmico da sociabilidade e solidariedade dos grupos de pequenos produtores rurais. Esse enfoque leva o autor a identificar e definir o bairro rural como a unidade mínima de povoamento das áreas rurais paulistas, em que as relações econômicas e sociais encontram um ponto de referência. Sede da *civilização rústica* com suas características culturais específicas, resultado dos processos de aculturação de brancos, índios e negros, desde os remotos tempos do Brasil colonial.

Inspirando-se naquele estudo, Maria Isaura Pereira de Queiroz toma o bairro rural como unidade de referência nas suas pesquisas e nos oferece uma série de estudos sobre a vida social e cultural dos sítiantes, principalmente no Estado de São Paulo. O conhecimento do meio rural no Brasil ganha uma dimensão inédita, pois até então grande parte das pesquisas eram realizadas segundo a orientação norte-americana dos estudos de comunidade e dos *surveys* a respeito de adoção de novas técnicas agrícolas. O bairro rural, unidade mínima de vida econômica e social, em que as relações sociais encontram um ponto de referência, é analisado em suas múltiplas dimensões, como um grupo social formado de famílias que se dedicam ao mesmo tipo de trabalho e professam, em sua maioria, a mesma religião, que tem grande importância na sociabilidade do grupo. Práticas religiosas do catolicismo rústico, como a Dança de São Gonçalo e as penitências, foram analisadas, revelando sua importância na solidariedade e coesão grupais.

Do ponto de vista da localização no espaço, o bairro rural constitui um grupo de vizinhança que adquire contornos de uma unidade administrativa, menor que a vila, pertencente a um determinado município ou distrito. Povoados

⁶ CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

por diversos grupos familiares, a parentela assume grande importância nos padrões de sociabilidade no bairro rural. Devido às condições de existência em zonas de fraca densidade demográfica e dificuldades de subsistência, a parentela de sítiantes constitui um grupo formado por várias famílias nucleares, vivendo cada qual em sua moradia, economicamente independente umas das outras. Embora possam se encontrar dispersas, morando a grandes distâncias, o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços e das obrigações recíprocas. Aquelas famílias que não têm parentesco consanguíneo no bairro, em geral estabelecem um parentesco simbólico através do compadrio que se torna fator decisivo de integração social. Os laços de parentesco e a vizinhança se tornam a base de formas de trabalho coletivo como o mutirão, a que o sítiante deve recorrer para tarefas como o desbravamento, semeadura ou colheita.

Adotando uma perspectiva histórica e tendo sempre presente a relação dialética entre o rural e o urbano, as condições de vida do sítiante/camponês em seu *habitat* – o bairro rural – não são estudadas em si mesmas, mas como parte de um todo e, conseqüentemente, sofrendo os impactos do processo de transformação da sociedade brasileira. Assim sendo, os bairros rurais são estudados não apenas em sua composição interna, mas também nas relações que mantêm com todo o meio social circundante, principalmente a sede do município ao qual pertence.

Estudando os bairros rurais em regiões de características diversas no Estado de São Paulo e utilizando-se do método comparativo, conseguiu captar a dinâmica dos bairros rurais e suas transformações, algumas vezes ligadas a fatores internos, isto é, à sua própria organização e estrutura, outras vezes, à transformações no município, região e sociedade global.

Editado pela primeira vez em 1973, o estudo *Bairros Rurais Paulistas*⁷ torna-se uma obra indispensável para o conhecimento da estrutura, organização e dinâmica sociais na sociedade rural no Brasil. Entretanto, já em 1963, no artigo “Uma categoria rural esquecida”,⁸ a importância numérica do

⁷ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

⁸ Idem. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense (São Paulo)*, n. 45, p. 85-97, jan./fev. 1963.

sitiante em todo o território nacional é ressaltada, e o processo de expropriação e pauperização, a que é submetido ante as transformações da sociedade, ganha ênfase, chamando a atenção para a situação limite em que se encontra o sitiante, em algumas regiões, como no Estado de São Paulo, sem outra perspectiva que a da emigração para os centros urbanos. Analfabetos ou semi-alfabetizados, sem nenhum preparo para o exercício de atividades assalariadas urbanas, habituados a uma estrutura igualitária nos bairros rurais, nas cidades vão ocupar o nível inferior da escala social.

Quando os integrantes de uma estrutura igualitária como esta, abandonam a agricultura de subsistência pelo lugar de assalariado, seja rural, seja urbano, integram-se em estrutura diferente, estratificada em vários grupos segundo o poder econômico, e nela vão ocupar o nível inferior da escala social. Passam a viver num mundo em que o homem não galga posições pelas suas qualidades intrínsecas, reconhecidas pelos que o rodeiam e o conhecem de perto; mas sim pelo poder econômico que soube enfeixar nas mãos, adquirido seja como fôr...

Além da degradação econômica, sofrem os sítiantes também degradação social, passam a viver, outrossim num universo para o qual não foram preparados, pois os valores da vida rural são inteiramente diferentes dos valores urbanos.⁹

O fato de Maria Isaura Pereira de Queiroz ter realizado estudos empíricos sobre esses grupos num momento crucial de sua história e, portanto, poder testemunhar suas transformações ante o avanço dos processos de industrialização e urbanização, aguça sua sensibilidade, levando-a a estudar a cultura rústica em aspectos pouco estudados por outros cientistas sociais. Ao analisar algumas sobrevivências portuguesas, como a Dança de São Gonçalo, as penitências, o Bumba-meu-Boi, as histórias de Carlos Magno, mostra como estas se revelam instrumentos que asseguravam o controle difuso do comportamento do grupo social e vão perdendo o seu significado; algumas, como a dança dramática Bumba-meu-Boi, tendendo a conservar apenas o caráter de divertimento.

A urbanização e a industrialização progressivas do Brasil estão atualmente transformando o Bumba-meu-Boi. Desapareceu praticamente dos grupos de

⁹ Idem, *ibid.*, p. 93.

vizinhança, constituídos pelos sitiantes, pois a vida se tornou demasiado cara, não lhes permitindo mais arcar com as despesas da fabricação das armações e das vestimentas, e não dispõem mais de um tempo ocioso para os ensaios indispensáveis. Em alguns povoados ou cidadezinhas, para grande escândalo dos tradicionalistas, tende o pequeno drama muitas vezes a se incorporar ao Carnaval. O que é importante, a dança dramática perde assim seu caráter de fator de controle social. Esta transformação corresponde à formalização e cristalização cada vez maiores da sociedade tradicional rural, com uma diferenciação interna cada vez mais acentuada e a aparição de instituições especializadas, destinadas a disciplinar o comportamento dos indivíduos.¹⁰

Permeia esses estudos uma preocupação da autora, de um lado, com a sorte dos sitiantes forçados a efetuar a passagem de um gênero de vida camponês para a profissão de agricultor, e de outro, com a destruição da cultura rústica, do seu rico folclore que ela tão bem soube registrar e analisar suas funções na dinâmica do grupo.

É preciso portanto conhecer seus comportamentos, seus valores, o estado de crise que eles atravessam, para tornar esta passagem mais suave. Concordamos, portanto com Antonio Candido de Mello e Souza e Henri Mendras, quando eles afirmam que a função da Sociologia Rural é de fornecer um conhecimento objetivo e diferenciado dos problemas rurais, fornecendo os esclarecimentos sobre as diversas situações sociais dos camponeses, a fim de que a formulação de projetos de adaptação de suas instituições seja conforme a sua realidade.¹¹

Com o avanço da proletarização, o fenômeno *bóia-fria* avulta como problema social e alcança os meios de comunicação, em meados da década de 1970, corroborando o que Maria Isaura Pereira de Queiroz havia constatado e alertado já nos anos 60 através de suas pesquisas.

Os estudos sobre o sitiante tradicional, o camponês brasileiro, como a autora o define e seu *habitat*, os bairros rurais, tema recorrente em suas

¹⁰ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Désorganisation des petites communes brésiliennes. *Cahiers Internationaux de Sociologie (Paris)*, v. 28, n. 7, p. 173, 1960.

¹¹ Idem, *ibid.*, p. 173.

pesquisas, estão publicados numa série de artigos, seja no Brasil ou exterior, principalmente na França, mas é no livro *O campesinato brasileiro*¹² que está reunida a maior parte abrangendo aspectos os mais diversos da civilização rústica brasileira: a estratificação social, a política, a religiosidade e o folclore. Passados quase 30 anos da publicação da maioria dos estudos acima citados, permanecem atuais, constituindo fonte obrigatória de consulta para o estudo da questão agrária no Brasil e, sobretudo, para quem deseja conhecer a gênese da indigência no meio rural, do problema dos sem-terra e da atual violência no campo.

A metodologia

Qual o segredo desta atualidade? Uma abordagem dos fenômenos sociais em que teoria e prática não se dissociam. Pesquisas empíricas tendo por base criteriosos levantamentos de dados qualitativos e quantitativos em fontes as mais diversas, desde os romances de época, as estatísticas oficiais e os levantamentos de campo. O quadro teórico que orienta e ilumina os escritos de Maria Isaura Pereira de Queiroz está profundamente ancorado nos clássicos das Ciências Sociais – Durkeim, Weber e, sobretudo, Marx – e na leitura que deles faziam autores como Georges Gurvitch e Roger Bastide. Estas influências entretanto não desembocam num ecletismo ingênuo, elas são trabalhadas de uma tal maneira que, tendo como pano de fundo a visão dialética e a perspectiva histórica, os conceitos se tornam verdadeiros instrumentos de visualização e análise dos fenômenos sociais. O seu quadro teórico ultrapassa as oposições, muitas vezes falsas, apontadas entre os clássicos dando um passo à frente para a instrumentalização da análise do real. Tem-se a impressão que é a lógica da pesquisa e as características do objeto que comandam o aporte teórico.

A influência marxista está muito presente na importância da história como fator de interpretação e explicação dos fenômenos, seus movimentos e condicionamentos recíprocos, e na noção de totalidade. Influência que não se

¹² Idem. *O campesinato brasileiro: ensaio sobre civilização e grupos rústicos*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.

prende a dogmatismos e a concepções deterministas. A polêmica que volta e meia se faz presente nas discussões metodológicas em Ciências Sociais – objetivismo/subjetivismo – está superada nos seus escritos. A análise da dinâmica dos bairros rurais é bem um exemplo de como estrutura e cultura são analisadas numa totalidade, com uma ampla visão da dialética social, que, como diria Bastide, é mais ampla que a dialética marxista. A noção de dialética que ilumina suas pesquisas está explicitada no artigo “Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros”, no qual critica as abordagens sociológicas do rural e do urbano que se limitam à análise do meio rural e meio urbano,

segundo uma dialética de contrários, em que da tese e da antítese se originasse algo diverso, numa nova síntese, a partir de duas raízes ... Rural e urbano entretêm um com o outro relações que sempre estão se modificando; e perspectiva dialética significa para nós o postulado de que ‘as coisas sociais’ estão em movimento e transformação constantes, renovando-se e desenvolvendo-se incessantemente, o que vale tanto para ‘as coisas’ materiais, quanto para as ‘coisas’ humanas e sociais. Mas sua forma de relacionamento, embora sempre ativa, nem sempre será de oposição.¹³

A perspectiva dialética adotada por Maria Isaura Pereira de Queiroz na análise do rural e do urbano tem por base os processos dialéticos de que fala Gurvitch: 1 complementaridade dialética; 2 implicação ou imanência dialética mútua; 3 ambigüidade dialética; 4 polarização dialética; e 5 reciprocidade de perspectivas. A característica essencial da negação dos processos dialéticos está presente em todos eles. Esta perspectiva pressupõe a modificação constante como a lei essencial da realidade socioeconômica, cultural e política, pressupõe que os processos dialéticos não são dados como existindo de uma vez por todas, mas como elementos que numa dada circunstância histórica se apresentam como a “reciprocidade de perspectiva”, podendo, em outras ocasiões, aparecerem interligados numa “polarização dialética”.¹⁴

¹³ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: BLAY, E. A. (Org.) *A luta pelo espaço: textos de Sociologia Urbana*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 29.

¹⁴ Idem, *ibid.*, p. 34-5.

Uma outra característica de seus estudos, a ser ressaltada, é a amplitude de suas colocações, que parece desconhecer fronteiras entre as Ciências Sociais. Embora ela se reconheça como socióloga, seus estudos têm muito de Antropologia, de Etnografia e de Psicologia Social, constituem, portanto, um exemplo, como diria Bourdieu, de que as fronteiras das Ciências Sociais residem muito mais no *campo científico* que nas próprias ciências.¹⁵

Por estas características, os escritos de Maria Isaura Pereira de Queiroz vão se tornando clássicos da literatura brasileira em Ciências Sociais. Não há como ignorá-los se quisermos compreender os fenômenos ali analisados. Uma verdadeira lição para as novas gerações de cientistas sociais que desejam conhecer a sociedade brasileira empregando métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais.

¹⁵ Ver, por exemplo, BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155. (N.O.).